

---

# A MOBILIZAÇÃO POPULAR E COMUNITÁRIA PARA A IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Antonia Brito Rodrigues\*  
Nadja Maria Castilho da Costa\*\*

## RESUMO

Este trabalho visa discutir os mecanismos que poderão conduzir as comunidades em geral, particularmente as que habitam encostas favelizadas, a se mobilizarem e se organizarem em trabalho comunitário, educando sua população para o exercício da cidadania. A organização de um trabalho comunitário e a sobrevivência das entidades (associações, conselhos etc.) dependem da mobilização e participação comunitárias, quer dizer, da ação cooperativa dos seus membros. Objetiva-se também o reconhecimento e a conscientização da população sobre a importância de valorizar o lugar onde se vive, participando ativamente para a promoção de uma vida coletiva e próspera. A mudança de comportamento contribuirá, não somente para a melhoria da qualidade de vida da população nelas residentes, como também conduzirá à conservação efetiva dos recursos naturais que ainda restam nas áreas protegidas, principalmente do Parque Estadual da Pedra Branca, segunda mais importante Unidade de Conservação do Município do Rio de Janeiro.

**Palavras-chave:** educação ambiental, educação popular, organização comunitária.

*O homem não é uma ilha. É comunicação.  
Logo, há uma estreita relação entre comunhão e busca.*

Paulo Freire (1987)

Este trabalho é fruto da experiência de alguns anos desenvolvendo projetos e implantando programas de educação ambiental não formal, em comunidades situadas em encostas favelizadas na cidade do Rio de Janeiro. O incentivo inicial foi motivado pelas enormes dificuldades em executar estes programas, principalmente em virtude da falta de mobilização da população, de conscientização e espírito coletivo para uma ação comunitária.

Encontrar uma comunidade unida, consciente, disposta a um trabalho comunitário tornou-se uma tarefa difícil. A escolha das comunidades para implantação de um programa de educação ambiental, dentro do atual projeto<sup>1</sup> do Grupo de Estudos Ambientais (GEA) da Uerj,<sup>2</sup> em andamento na vertente norte do Maciço da Pedra Branca – zona oeste da cidade do Rio de Janeiro – demonstrou isso.

---

\*Professora adjunta do Departamento de Geografia da Ufes.

\*\*Professora adjunta do Departamento de Geografia. Coordenadora Geral do Grupo de Estudos Ambientais Uerj.

<sup>1</sup>“Riscos geológico-geomorfológicos das bacias hidrográficas das vertentes norte e leste do maciço da Pedra Branca, Município do Rio de Janeiro: um programa de educação ambiental nas comunidades residentes”, é um projeto que tem por objetivo pesquisar e atuar de maneira mais pertinente na elaboração e encaminhamento de resoluções sobre as problemáticas ambientais do maciço da Pedra Branca, através das comunidades residentes em seu interior e no entorno.

<sup>2</sup>O Grupo de Estudos Ambientais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (GEA-Uerj), formado por uma equipe de profissionais e estudantes da área de Geografia, vem ao longo de sete anos atuando com diversos projetos relacionados aos estudos ambientais da cidade do Rio de Janeiro, e mais especificamente, no Parque Estadual da Pedra Branca.

---

Apesar das dificuldades encontradas nas atividades de educação ambiental não formal, desenvolvidas através do referido projeto, acreditamos que é possível encontrar alguns líderes motivados e interessados em criar associações e juntar esforços para resolução de determinados problemas. A questão está relacionada aos poucos seguidores destes líderes, os quais não estão verdadeiramente engajados como cidadãos, na luta pelo bem comum, tampouco conhecem métodos ou regras para se organizarem e capacitar outros para trabalhos comunitários.

Outro fator negativo na implementação de ações educativas comunitárias tem relação com as rivalidades ligadas às diferenças religiosas, conforme foi observado numa das comunidades onde o nosso grupo atuou. Grupos de determinadas religiões se negam a trabalhar com grupos comandados por líderes de outras religiões.

Com base nesses pressupostos, o presente artigo tem por objetivo propor ações que conduzam a mobilização e participação comunitária, destacando o papel da educação em seu caráter formativo e crítico, visando o exercício da cidadania no âmbito local, isto é, da comunidade.

Será a seguir apresentado um conjunto de noções fundamentais sobre trabalhos comunitários que podem ser desenvolvidos no dia a dia da comunidade, de forma participativa. Estas orientações são também destinadas aos diversos profissionais de instituições públicas, privadas e de profissionais de organizações não governamentais, empenhados no trabalho comunitário local, que trabalham com a educação popular assim como o próprio membro da comunidade.

### **COMUNIDADE E SEU ENTORNO: BREVE DISCUSSÃO TEÓRICO-CONCEITUAL**

O termo “comunidade” é, nos dias atuais, amplamente utilizado por várias ciências, em alusão a várias coisas. O famoso dicionário Aurélio apresenta vários conceitos, destacando-se dois que particularmente nos interessam: o primeiro significa “qualidade ou estado do que é comum”, o segundo representa “qualquer conjunto populacional considerado como um todo, em virtude de aspectos geográficos, econômicos e/ou culturais comuns”. Desta forma, um grupo de pessoas que vivem num determinado espaço, sob as mesmas condições socioculturais e ambientais, é assim denominado. Porém, apesar deste último conceito ser aplicado a qualquer grupo social, independentemente da classe a que hoje pertença, ele corresponde aos segmentos da população de baixa renda, particularmente aos favelados. O termo “favela”, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é um aglomerado de pelos menos 50 domicílios – na sua maioria, carentes de infra-estrutura – e localizado em terrenos não pertencentes aos moradores.

Os movimentos sociais, principalmente os de origem popular que marcaram as décadas de 1980 e 1990, eram constituídos por várias comunidades que se sentiam ultrajadas em determinados aspectos de suas características comuns. As comunidades outrora consideradas marginalizadas, que ocupam predominantemente as encostas dos morros, assim designadas por “favelas”, passaram a ser tratadas pelo poder público através de vários programas, vindo parte delas a se constituírem “parques proletários” (BURGOS, 1999, p. 25). Nesses programas, aos poucos, a denominação “favela” foi sendo gradualmente substituída por “comunidade”, numa tentativa quase inútil de camuflar os vários problemas que elas apresentam e que ainda as mantém como população segregada.

Vários são os elementos que constituem uma *comunidade*. Além dos elementos materiais, representados pelo meio físico, há os elementos históricos, culturais, psicológicos, espirituais e humanos. Estes dois últimos são muito mais complexos e difíceis de determinar e não se enquadram,

---

de forma alguma, em limites físico-geográficos. Uma *comunidade* não pode ser encarada de maneira rígida. É preciso compreender que não se pode isolar situações econômico-sociais e histórico-culturais que são, por natureza, interdependentes, que se difundem por uma área geográfica desrespeitando as barreiras territoriais. Sob forma de “manchas” elas vão se ampliando, a partir da vizinhança, do bairro, da vila e da cidade. Cada *comunidade* é parte de outra *comunidade* maior, na qual está inserida. Assim sendo, na área de um bairro e/ou município podem ser encontradas várias *comunidades*, de diversos tamanhos, podendo estas ultrapassar as divisões territoriais, se “prolongando” na área do bairro e/ou município vizinho.

Devido a essa interdependência de situações, comunidades vizinhas muito se assemelham. Situações e problemas passam a ser comuns uns aos outros, tendo como diferenciadores a forma que seus representantes utilizam para tratá-los. É comum, por razões de ordem prática e legal, identificar as *comunidades*, tomando por critério a divisão político-administrativa da região, conforme foi dito anteriormente, circunscrevendo-as aos limites dos municípios e/ou bairros, no caso das *comunidades* locais. Sacrifica-se, assim, a realidade sociológica à norma jurídica, sem levar em conta os verdadeiros fatores que as caracterizam.

Por isso é importante existir, nos membros de uma *comunidade*, uma certa abertura à compreensão da interdependência dos problemas locais com relação aos problemas regionais, avaliando as situações no contexto da área na qual ela está inserida, lembrando sempre que as particularidades de cada uma deverão ser respeitadas na hora de se implementar qualquer tipo de ação, principalmente as de caráter educativo. As soluções de seus problemas devem ser buscadas, não em termos isolacionistas, do bem exclusivo de cada *comunidade*, mas em termos de ações solidárias que envolvam, igualmente, as comunidades vizinhas.

Tudo isso é de grande importância do ponto de vista do trabalho e do desenvolvimento econômico social das *comunidades*. Nenhum trabalhador social, nenhum bom administrador, nenhum membro ativo das comunidades locais e/ou líder comunitário pode ignorar essa realidade. Compreendendo-a, é possível realizar um trabalho integrado e realmente eficiente, com vistas à melhoria da qualidade de vida daqueles que as compõem.

Vale ressaltar, no caso do Rio de Janeiro, o processo de “conurbação” das *comunidades*. O crescimento rápido e descontrolado das populações de baixa renda tem proporcionado a coalescência entre as *comunidades*, criando por vezes, conflitos internos entre grupos, dificultando e, às vezes, inviabilizando as ações comunitárias. Isso ficou nítido no trabalho desenvolvido pelo GEA nas comunidades São Jorge e São Sebastião, na vertente norte do maciço da Pedra Branca (bairro de Realengo). Geograficamente, formam uma só comunidade, porém, apresentam características socioculturais diferentes, com líderes e políticas comunitárias distintas. Muitas vezes, o processo se dá de maneira inversa. Uma única *comunidade* começa a crescer demasiadamente e a apresentar diferenças internas tão significativas que podem culminar na sua subdivisão, adotando nomes distintos e com políticas comunitárias diferenciadas.

Tudo isso, que foi brevemente discutido aqui, deve ser levado em conta na hora de implementar ações educativas, seja no cômputo geral, seja no caráter específico, a exemplo da educação ambiental que hoje vem sendo muito difundida, mas pouco aplicada na sua essência.

---

## A EDUCAÇÃO POPULAR COMO PRINCÍPIO DA ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA E AMBIENTAL

Nunca se discutiu tanto a questão da educação, como base para o desenvolvimento econômico e social de um país e, paradoxalmente, pouco tem sido feito no sentido de fomentá-la. Como afirma Gohn (1992), a educação adquiriu, na última década do século XX, uma abordagem política muito forte, porém sem ações efetivas correspondentes.

Segundo Kant, o objetivo da educação é desenvolver, em cada indivíduo, toda a perfeição de que ele seja capaz. Como também afirma Freire (1987, p. 29-30): “A educação é uma resposta da finitude da infinitude. A educação é possível para o homem, porque este é inacabado e sabe-se inacabado. Isto leva à sua perfeição”. Assim, trava-se uma busca constante do indivíduo por querer melhorar mais, saber mais. Eis aí a raiz da educação, relacionando isto ao desenvolvimento de uma consciência crítica que permite ao homem transformar a realidade. Na medida em que os homens, dentro de sua sociedade, vão respondendo aos desafios do mundo, vão temporalizando os espaços geográficos e vão fazendo história pela sua própria atividade criadora. Neste contexto, Freire (2001), em um de seus trabalhos mais recentes afirma: “(...) fazendo educação numa perspectiva crítica, progressista, nos obrigamos, por coerência, a engendrar, a estimular, a favorecer, na própria prática educativa, o exercício do direito à participação por parte de quem esteja direta ou indiretamente ligado ao fazer educativo” (p. 70).

A educação ocupa lugar central na acepção coletiva da cidadania. Isto porque ela se constrói no processo de luta que é, em si próprio, um movimento educativo. A cidadania não se constrói apenas por decretos ou intervenções externas, programas ou agentes pré-configurados. Ela se constrói como um processo interno, no interior da prática social em curso, como fruto do acúmulo das experiências engendradas. A cidadania coletiva é constituidora de novos sujeitos históricos: as massas urbanas espoliadas e as camadas médias expropriadas. A cidadania coletiva se constrói no cotidiano através do processo de identidade político-cultural que as lutas cotidianas geram.

Falar da existência de um processo educativo no interior de processos que se desenvolvem fora dos canais institucionais escolares implica em ter, como pressuposto básico, uma concepção de educação que não se restringe ao aprendizado de conteúdos específicos transmitidos através de técnicas e instrumentos do processo pedagógico.

O caráter social da vida dos seres humanos é um processo, uma construção, da qual participa cada indivíduo na relação com os outros. As relações entre as pessoas são mediadas pelas instituições em que elas convivem, pelas classes e categorias a que pertencem e pelos interesses e poderes que nelas circulam. A consciência adquirida progressivamente, através do conhecimento sobre quais são os direitos e os deveres dos indivíduos na sociedade hoje, em determinadas questões por que se luta, leva concomitantemente à organização do grupo. Este processo não se dá espontaneamente e dele participam vários agentes.

Historicamente, a relação movimentos sociais-educação tem um elemento de união, que é a questão da cidadania. A cidadania é também construída historicamente. Compreensões diversas do conceito de cidadania são encontradas em contextos e situações diferentes. Seu sentido mais pleno aponta para a possibilidade de participação efetiva na produção e usufruto de valores e bens de um determinado contexto, na configuração que se dá a esse contexto, e para o reconhecimento do direito de falar e ser ouvido pelos outros.

---

A construção da cidadania coletiva se realiza quando, identificados os interesses opostos, parte-se para elaboração de estratégias de formulação de demandas e táticas de enfrentamento dos oponentes. Este momento demarca uma ruptura com postura tradicional de mandatários de bens de consumo coletivo: não se espera o cumprimento de promessas, organizam-se táticas e estratégias para obtenção do bem por ser um direito social.

## **ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIAS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

O bem comum é bem coletivo e público. O público é “pertencente ou destinado à coletividade, o que é de uso de todos, aberto a qualquer pessoa”.<sup>3</sup> O trabalho comunitário é sempre a expressão do esforço consciente dos cidadãos – pessoalmente ou através de suas instituições locais – preocupadas em dotar sua comunidade de condições de bem-estar social de todos os habitantes. É toda atividade organizada e desenvolvida pelos habitantes de um lugar, tendo por objetivo um bem geral ou específico, de interesse de toda a comunidade ou de interesse de um grupo da comunidade local (REIS, 1965).

Podem empenhar-se no trabalho comunitário tanto cidadãos individualmente, como grupos de moradores, associações, instituições privadas e públicas. Por meio deles podem ser introduzidas muitas melhorias na comunidade, muitas mudanças na vida local, e sua eficiência depende de vários fatores, tais como: compreensão dos membros da comunidade quanto às suas responsabilidades sociais; capacidade de iniciativa dos elementos locais (pessoas, grupos e instituições); compreensão e estímulo da opinião pública; compreensão, apoio e cooperação das autoridades locais (órgãos públicos); recursos disponíveis e potenciais da comunidade.

As ações comunitárias se iniciam e se desenvolvem de diferentes formas dependendo de cada comunidade. De acordo com Reis (1965), depende do grau de “motivação” dos elementos locais, da qualidade de liderança local, do grau de “espírito comunitário” existente na população, da natureza e quantidade de problemas e necessidades, da maior ou menor “mobilização” dos recursos locais e de recursos externos e do grau de “participação” dos membros da comunidade (pessoas, grupos e instituições etc.).

Embora se reconheça a importância do trabalho comunitário e o que ele pode representar de positivo para a vida da comunidade e para o benefício de seus habitantes, suas possibilidades são limitadas. Há um ponto além do qual o trabalhador comunitário não pode ir, de vez que muitas situações e deficiências locais têm suas origens fora dos limites da comunidade local ou fora do alcance ou da alçada dos cidadãos, grupos ou instituições locais. A constatação dessa realidade leva os “agentes” do trabalho comunitário local a procurarem dar nova dimensão ao seu trabalho.

É evidente que um trabalho comunitário continuado e bem conduzido pode gerar grandes melhorias para a comunidade, e até modificar, de certa maneira, a sua “fisionomia” e imprimir em sua população novos modos de ser e de agir, com benefício geral.

Deve articular-se por meio do planejamento participativo com os programas de desenvolvimento social, governamentais ou não, em andamento na comunidade ou no município. Dessa

---

<sup>3</sup>Ferreira, A. B. H. *Novo Dicionário Aurélio*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

---

forma, as perspectivas de desenvolvimento da comunidade local – quer em relação à sua economia, ao seu nível sanitário, educacional, cultural – passam a ser muito mais promissoras.

A participação dos cidadãos na vida da comunidade, com vistas ao seu crescimento e desenvolvimento local e regional, deve procurar concretizar-se em termos de trabalho racional, inteligente e ordenado, do qual resultem benefícios para todos. Isso significa cidadania. Segundo Gadotti (1999), a participação, quando existe de fato, é necessariamente educativa. Em outras palavras, a participação educa, porquanto propicia níveis cada vez mais elevados de consciência e organicidade. O preparo desses cidadãos para exercê-la envolve, essencialmente, ações educativas (educação contra discriminações, educação infantil, educação ambiental etc. GOHN, 1992). A educação passa a ser o real caminho para que os membros de uma comunidade adquiram força social e política para transformá-la e assim, concretizar seus anseios acabando, gradativamente, com a sua manipulação, muito comum em épocas de manifestações políticas mais intensas (eleições). Porém, a eficiência da chamada “educação comunitária” está na sua continuidade, como um processo permanente.

Conforme coloca Gadotti (1999, p. 12-21) “o processo educativo, formador da consciência cívica da comunidade, deve ser percebido como uma necessidade vital e contínua”. O referido autor explica, através de sete teses, os princípios atuais da educação comunitária. Destacamos, aqui, uma delas, que traduz de maneira plena o que acabamos de afirmar acima: “A educação comunitária significa organizar a população para o exercício da cidadania e melhorar a qualidade de vida” (id.). Assim sendo, ela deve ser duradoura e dinâmica, acompanhando a própria dinâmica da comunidade.

Souza (1998) afirma que cidadania reinterpretada na perspectiva da transformação da realidade aponta para a democracia como um modelo libertador, a partir de uma posição política a serviço do reordenamento do conjunto das relações sociais. Evidencia que a educação popular propõe atingir todos os âmbitos da vida das pessoas e das coletividades, contribuindo para que sua existência seja digna e dignificante para todos, sem exceção, e capaz de ampliar os horizontes pessoais e coletivos de tal maneira que se garantam formas de vida expansivas.

Partindo-se da idéia de que não há educação ambiental sem a participação política, buscase a visão integrada da realidade, a continuidade do processo educacional (formal e não formal), a interdisciplinaridade, a contextualização, a relação entre a história e a atualidade, a cooperação em todos os níveis do pessoal ao comunitário.

Tomando como base a educação ambiental, começamos a desenvolver um trabalho nas comunidades de São Jorge e São Sebastião, no maciço da Pedra Branca, e constatamos que seus membros não estavam preparados para receber novas metodologias para o controle da degradação ambiental do local onde vivem e, conseqüentemente, melhorar a sua qualidade de vida que, como afirma o próprio Gadotti (1999), é o motor da educação comunitária. A questão ambiental é, acima de tudo, um trabalho de cidadania ecológica que, no contexto da melhoria da qualidade de vida da população, representa a mudança de comportamentos, a abertura de espaços no dia a dia dos cidadãos para a preocupação com a preservação da natureza, paralelamente ao desenvolvimento de uma formação profissionalizante em novos ofícios que vinculem à preservação, a geração de emprego e renda. Nisto, a educação de base é importantíssima, sem a qual nenhum outro tipo de educação comunitária terá êxito.

Pelas experiências vividas nas comunidades instaladas em ambientes degradados e em situação de riscos de deslizamentos e enchentes nas encostas do maciço da Pedra Branca, foi constatada inércia em relação à mobilização comunitária e trabalho participativo, sem tradição de trabalho cooperativo, com rivalidades entre os membros da associação e ausência de grupos voluntários. Es-

---

ta problemática fez-nos pensar e expor estas questões para serem compartilhadas com profissionais preocupados com os movimentos sociais e a educação.

Continuaremos implantando projetos, reformulando e ajustando metodologias para educar sobre o meio ambiente com o objetivo de despertar “o cidadão” dessas áreas excluídas para compreender e tomar ciência do que o cerca, mobilizar seus poderes para fazer escolhas e a se engajar em grupo, em qualquer ocasião e em qualquer lugar para atingir mudanças sociais e ambientais.

Estas mudanças, sem dúvida, dependem da comunidade, quer dizer, da ação cooperativa dos seus membros e dela depende mais ainda o impulso continuado, com vistas ao desenvolvimento local participativo.

### **ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS PARA ORGANIZAR OS MEMBROS DE UMA COMUNIDADE: UM GUIA PRÁTICO PARA UM TRABALHO COMUNITÁRIO EDUCATIVO**

Os trabalhos inicialmente desenvolvidos (acima citados) fizeram o GEA repensar a forma de introduzir a educação ambiental em comunidades carentes. Percebemos que antes de tudo, deve haver uma mobilização coletiva e um conhecimento prévio da realidade que se vai trabalhar. Acreditamos que para se implantar programas de educação ambiental comunitária deve-se inserir e articular simultaneamente um despertar para ações participativas comunitárias, resgatando os verdadeiros valores humanos, sociais, culturais existentes na comunidade. Alguns passos tornam-se fundamentais para que a educação comunitária, seja qual for o seu caráter, alcance seus objetivos, conforme será mostrado a seguir.

Não pretendemos aqui esgotar o assunto, ao contrário, queremos abrir espaço para novas discussões sobre o assunto. As etapas descritas a seguir são adaptadas das metodologias de planejamento participativo, e embora sejam muito conhecidas, achamos que vale serem ressaltadas no sentido de facilitar o desenvolvimento do projeto pedagógico em educação ambiental comunitária.

#### ***Iniciando e estimulando o trabalho comunitário***

Aquele cidadão (ou cidadãos) que se interessar pelos problemas de sua comunidade (ou de outras comunidades), deve propor a criação de um núcleo, para iniciar o processo de formação de um trabalho efetivamente comunitário. Sugere-se seguir as seguintes etapas: procure as pessoas da sua comunidade interessadas como você; divulgue a eles as suas idéias e veja se pensam como você; promova e estimule esses encontros para amadurecer as idéias; incentive a disseminação dessas idéias para outras pessoas.

Quando já houver um bom número de pessoas bem interessadas (motivadas), dispostas a agir, e as idéias já estiverem bem maduras, está dado o primeiro passo!!!

#### ***Inventário da situação local***

Esta é uma etapa fundamental para o êxito das ações educativas a serem implementadas. Representa a realização de um diagnóstico físico e socioambiental da comunidade, devendo ser feito por levantamento direto em campo.

Deve contemplar: (a) as características geográficas da área efetivamente ocupada e seu entorno; (b) as características socioculturais e econômicas de seus habitantes; (c) os recursos naturais existentes e seu estágio de conservação; (d) a infraestrutura disponível; (e) as ações governamentais

---

e não governamentais que vêm sendo implementadas; (f) e, por último, levantar as representações sociais sobre o meio ambiente das comunidades.

### ***Formação de lideranças: criando comissões e/ou grupos de atuação***

Dependendo do número de pessoas interessadas e dispostas a se comprometer num trabalho comunitário educativo, deve ser constituída uma ou mais comissões e/ou grupos de trabalho, que se encarregarão da execução das tarefas iniciais e da posterior mobilização dos demais moradores. Os líderes comunitários têm um papel importante na formação desses grupos. Eles devem estar motivados a criá-los e, na medida do possível, coordená-los (ou indicar um coordenador), dando o passo inicial ao processo.

É aconselhável que as comissões e os grupos de trabalho se formem obedecendo alguns critérios, norteados pelos interesses das pessoas e pelas facilidades, habilidades ou tendências que estas possam ter para a realização das ações previstas.

É importante que haja a mobilização, principalmente daqueles que já possuem certo grau de desenvolvimento educacional, para que ocorra uma expansão natural do processo.

### ***Desenvolvimento de um plano geral de ação***

Constituídas as comissões, estas deverão definir um plano geral de ação e suas principais diretrizes a partir do conjunto de problemas identificados e necessidades da comunidade. A partir dele, serão definidas as prioridades e as necessidades (financeiras e de recursos humanos) para que as ações possam ser colocadas em prática.

### ***Promoção e realização de atividades e ações***

A partir da definição do plano geral de ação, as atividades específicas de cada comissão e/ou grupo de trabalho poderão ser iniciadas, tendo sempre as figuras de chefes de grupo e um coordenador geral, acompanhando o desenvolvimento dos trabalhos.

Ao final de cada etapa de trabalho, deverão ser promovidos encontros e/ou eventos sistemáticos entre os componentes das comissões criadas, visando avaliar: os resultados, avanços e dificuldades encontrados.

É importante salientar que o respaldo governamental poderá existir, mas a sua ausência não deve ser justificativa para a não implementação de ações populares, muito pelo contrário. Cada vez mais as iniciativas devem partir da população, num verdadeiro trabalho de cidadania.

### ***Importância dos programas específicos***

Com base na escala de prioridades – e sempre sob uma visão global da comunidade – são elaborados programas de ação específicos para vários setores (educação, infra-estrutura básica, saúde etc.). Com base nessa escala de prioridades e sempre com uma visão global da comunidade são elaborados programas específicos para os vários setores (empregos, produção, habitações etc.). Esses programas podem ser a curto, médio e longo prazo, conforme a urgência e a duração prevista para a sua execução e devem obedecer a certas normas, quanto à sua elaboração e à sua execução. Caso contrário, pode conduzir a comunidade a um sentimento de frustração, ao desânimo, ao abandono do programa e, em seguida, à desistência do próprio trabalho comunitário.

Uma forma prática de medir as dificuldades e de tornar mais fácil e estimulante a execução de programas, principalmente nas primeiras fases do trabalho comunitário, consiste em prever pe-

---

quenos projetos de execução simples, como por exemplo, no programa educacional, poderia ser a criação de uma pequena biblioteca ou até uma creche, programa de empregos, a organização de uma cooperativa de coleta e reciclagem de lixo, entre outros. Por meio desses projetos, os membros da comunidade não só terão oportunidades de entrar em ação, mas também adquirir experiências, especialmente quanto ao trabalho cooperativo. Os cidadãos poderão, a partir desses projetos, testar sua capacidade e habituar-se a um trabalho continuado e participativo.

Os projetos podem ser extremamente variados quanto à sua natureza, objetivos e duração. E podem envolver uma atuação simultânea em mais de um setor da comunidade, o que é da maior conveniência para tornar evidente a interdependência e a correlação entre problemas e situações da *comunidade*.

### ***Assegurando a continuidade: monitoramento e avaliação***

O que vai garantir o êxito das ações comunitárias e educativas é, acima de tudo, a sua continuidade, conforme já havíamos colocado anteriormente. Mesmo que os resultados iniciais não sejam ainda satisfatórios, o plano geral estabelecido e as ações específicas definidas deverão ser constantemente avaliados e monitorados visando a fazer os ajustes e/ou modificações necessários, para que o sucesso futuro venha a se concretizar.

Deve-se constituir objeto de particular atenção em trabalho comunitário, e em desenvolvimento de comunidade, garantir a continuidade do processo, o qual de certo modo está dependente da própria continuidade dos programas em andamento na comunidade. As interrupções são sempre prejudiciais e quando prolongadas conduzem ao desânimo, instalando-se na comunidade um sentimento de frustração. Isso tem sido visto em muitos casos, alguns dos quais tiveram como resultado final o abandono total do trabalho por parte da comunidade e das instituições que vinham cooperando.

Após este processo de formação para o trabalho comunitário que vem desde o trabalho voluntário e informal, pode então a comunidade adquirir uma nova forma de agir e, por assim dizer, a uma nova etapa no trabalho local; a do trabalho formal, sistemático, conduzindo por uma entidade – órgão permanente (associação de moradores, centro comunitário etc.) constituído formalmente para dar prosseguimento ao plano de desenvolvimento local e de garantir a sua continuidade. Uma das funções dessa entidade consiste, precisamente, em assegurar a continuidade da participação voluntária dos membros da comunidade no trabalho local. Essa participação nunca deve ser desprezada ou descurada; ela faz parte do processo contínuo de desenvolvimento e crescimento da comunidade.

Um bom êxito na organização e formação para trabalhos comunitários poderá firmar na comunidade: espírito comunitário; hábito de trabalho cooperativo (em grupo); consciência da necessidade do trabalho local coordenado, planejado e contínuo; espírito de iniciativa nos membros da comunidade; preocupação com o bem-comum; ausência de rivalidades e de competições entre famílias, grupos voluntários e instituições locais e liderança local forte, reconhecida e aceita.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O trabalho comunitário, em geral, se desenvolve com o objetivo de procurar soluções para um ou mais problemas locais, isto é, melhorar a vida da comunidade e satisfazer as aspirações de seus moradores.

Como resultado do trabalho comunitário, pode-se esperar uma série de medidas para o bem estar e a segurança da população, tais como: melhorias materiais para toda a comunidade ou para

---

certos grupos (saneamento básico, construção de casas populares, construção de creche etc.); mudanças de atitudes ou de comportamento social; introdução de novas técnicas de trabalho seja através de uma atividade de coleta seletiva ou nas atividades domésticas; elevação do padrão de cultura da população e elevação do nível econômico e social da população local, além de fortalecimento do governo local, mas principalmente possibilidades de empreender uma ação, um gesto que tem na relação com os outros, em sociedade, um caráter político.

Na educação ambiental, o caráter político, um dos seus pressupostos, constitui um processo de construção da cidadania em sua forma mais plena.

Acreditamos que é fundamental para o desenvolvimento de um programa consistente, integrador e contínuo em educação ambiental para comunidades, tais como as que ocupam as vertentes do maciço da Pedra Branca onde estamos trabalhando, requer-se a vitalização ou sobrevivência das entidades (associações) com o objetivo de formação e conscientização para o trabalho comunitário.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BURGOS, M. B. Dos parques proletários ao favela-bairro – as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, A. (org.) *Um século de favela*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 25-65.
- FERREIRA, A. B. H. *Novo Dicionário Aurélio*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FREIRE, P. A Educação e o processo de mudança social. In: *Educação e mudança*. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987. p. 27-39.
- \_\_\_\_\_. O papel do trabalhador social no processo de mudança. In: *Educação e mudança*. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987. p. 43-60.
- \_\_\_\_\_. Educação e participação comunitária. In: *Política e educação*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 65-78. Coleção Questões da nossa época.
- GADOTTI, M. Educação Comunitária e economia popular. In: GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. (orgs.) *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez, 1999. p. 11-21. Coleção Questões da nossa época.
- GOHN, M. da G. *Movimentos sociais e educação*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1992. p.11-21. Coleção Questões da nossa época.
- NASCIMENTO, S. I. do. Repensando a educação popular no processo de metamorfose da sociedade global – novas problemáticas. In: COSTA, M. V. (org.) *Educação popular hoje*. São Paulo: Loyola, 1998. p. 235-252.
- REIS, A. P. *Você e a sua comunidade*. Comitê Brasileiro da Conferência Internacional de Serviço Social. Estado da Guanabara, 1965. p. 43-70.
- SOUZA, J. F. de Educação popular para o terceiro milênio – desafios e perspectivas. In: COSTA, M. V. (org.) *Educação popular hoje*. São Paulo: Loyola, 1998.

### ABSTRACT

*This paper aims to discuss the mechanisms that can lead the communities in general, specially those who live in the slum hillsides, to mobilize and to organize themselves towards a community work, educating its population to the exercise of the citizenship. The organization of a community work and the survival of entities (associations, boards etc.) depend on the community mobilization and participation, that is, it depends of the cooperative action of its members. One intends too the recognizance and the consciousness of the population on the importance of value the place where they live in, actively participating of the promotion of a collective and prosperous life. The change in behavior will contribute not only to improve life quality of the population who lives in these communities, but it will also conduct to the effective conservation of the natural resources that still remain in the protected areas, mainly those of the Parque Estadual da Pedra Branca, the second most important Conservation Unity of the Rio de Janeiro County.*

**Key-words:** *environmental education, popular education, community organization.*

### RESUMEN

*Este artículo tiene el objeto de discutir los mecanismos que podrán conducir las comunidades en general, particularmente las que habitan las vertientes con chabolas, a mobilizarse y organizarse para un trabajo comunitario, educando su población para el ejercicio de la ciudadanía. La organización de un trabajo comunitario y la supervivencia de las entidades (asociaciones, consejos etc.) dependen de la movilización y participación comunitaria, o sea, de la acción cooperativa de sus miembros. Se objetiva también el reconocimiento y la concientización de la población sobre la importancia de valorar el lugar donde se vive, participando activamente para la promoción de una vida colectiva y próspera. El cambio de comportamiento es una contribución no sólo para la mejoría de la calidad de vida de la población que reside en las comunidades, como también conducirá a la conservación efectiva de los recursos naturales que aún restan en las áreas protegidas, principalmente del Parque Estadual da Pedra Branca, segunda más importante Unidad de Conservación del Municipio de Rio de Janeiro.*

**Palabras-clave:** *educación ambiental, educación popular, organización comunitaria.*